

## MONITORAMENTO 5º PLANO DE AÇÃO – OGP

### 2ª REUNIÃO DE COORDENADORES

#### INFORMAÇÕES GERAIS DA REUNIÃO:

1) **Data:** 04.08.2022

2) **Local:** Reunião virtual –Aplicativo Microsoft Teams

#### 3) **Participantes:**

- **Controladoria-Geral da União (CGU)**

- a) Máira Souza Rodrigues Póvoa
- b) Paula Pires Penna e Naves
- c) Priscilla Haueisen Dias Ruas
- d) Renata Simas
- e) Wevanys Fernandes Araujo

- **Grupo de Trabalho da Sociedade Civil**

- a) **Rede pela Transparência e Participação Social (RETPS)**

Ana Eliza Duarte

- **Compromisso 1 – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)**

- a) Emerson Luiz Servello

- **Compromisso 2 – Controladoria-Geral da União (CGU)**

- a) Karin Webster

- **Compromisso 3 – Ministério do Meio Ambiente (MMA)**

- a) Bernardo Broetto

- **Compromisso 4 – Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH)**

- a) Ana Terra Teles de Meneses
- b) Cidenor Guerra De Oliveira

- **Compromisso 5 – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)**

- a) Patrícia Rocha Bello Bertin

- **Compromisso 6 – Secretaria do Patrimônio da União – Ministério da Economia (ME)**

- a) Carita Sampaio

- **Compromisso 7 – Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)**

- a) Artur Iuri Alves de Sousa
- b) Anderson da Mota Ribeiro

• **Compromisso 8 – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)**

- a) Bianca Amaro de Melo
- b) Priscila Machado Borges Sena

• **Compromisso 9 – Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN)**

- a) Eduardo Sadalla Bucci

• **Compromisso 10 – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA)**

- a) Jônatas Souza da Trindade
- b) Regis Fontana Pinto
- c) Cintia Barroca de Castro

• **Compromisso 11 – Tribunal Superior Eleitoral (TSE)**

- a) André Antonio Andrade Santos
- b) Leonardo Ferreira De Oliveira
- c) Venância Medina Lopes

• **Compromisso 12 – Câmara de Vereadores de Piracicaba**

- a) Erich Vallim Vicente

#### **4) Desenvolvimento:**

A reunião iniciou-se com a abertura da Chefe de Divisão de Governo Aberto da Controladoria-Geral da União (CGU), Maíra Póvoa, que lembrou que o objetivo daquele encontro era viabilizar o acompanhamento das ações do 5º Plano de Ação Nacional no âmbito da Parceria para Governo Aberto (OGP) e permitir a troca de informações sobre os avanços e dificuldades encontradas pelos coordenadores de compromisso até aquele momento. Enfatizou também sobre a importância da política de governo aberto para o fortalecimento da transparência, participação social, inovação e *accountability* no país, bem como sobre a importância da participação da sociedade civil na execução de cada um dos 12 compromissos construídos colaborativamente durante as oficinas de cocriação do 5º Plano de Ação.

Em seguida, a Chefe de Divisão apresentou os últimos eventos relacionados a Governo Aberto e ressaltou a dimensão que o tema havia ganhado, principalmente junto à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Relatou que a OCDE e o governo brasileiro firmaram, em 2020, acordo para a elaboração de uma Avaliação de Governo Aberto no Brasil e que o resultado deste trabalho foi publicado em junho de 2022. O documento traz recomendações para o país, que foram elaboradas com base em dados e evidências coletados em 42 entrevistas e 74 questionários realizados com diversos representantes da sociedade e de órgãos governamentais de todos os Poderes. Estes especialistas forneceram informações sobre a estrutura jurídica, institucional e política, assim como sobre as práticas de governo aberto no Brasil. A compilação e análise da OCDE resultaram em recomendações divididas em capítulos sobre transparência, participação cívica, governança



em governo aberto, participação social e accountability. Destacou ainda que as recomendações da avaliação são essenciais para o Brasil realizar transformações estruturais e estratégicas necessárias para avançar em direção a uma agenda de governo aberto totalmente integrada e transformadora e que seja em conformidade com os padrões de países membros da OCDE. Nesse sentido, explicou que a previsão é que, nos próximos anos, o governo brasileiro implemente as recomendações de curto prazo, com a expectativa de que algumas dessas componham o 6º Plano de Ação Nacional.

Adicionalmente mencionou sobre o evento “América Aberta” que ocorrerá de 26 a 29 de setembro de 2022, em Santo Domingo, na República Dominicana. A iniciativa é organizada pela Parceria para Governo Aberto e parceiros e tem como objetivo de criar ambiente para a troca de ideias e o estabelecimento de alianças além de buscar soluções para construir uma região mais aberta, mais participativa e mais inclusiva em um mundo pós-pandemia. O evento contará com a participação de representantes do governo, da sociedade civil, da academia, e do setor privado. A Chefe de Divisão incentivou que os presentes participassem do evento e fizessem as inscrições pelo site: <https://www.opengovpartnership.org/events/open-americas/>.

Por fim, Máira Póvoa relatou que a Controladoria-Geral da União (CGU) recebeu recentemente informativo do Mecanismo de Avaliação Independente (Independent Reporting Mechanism – IRM) sobre o relatório do 4º Plano de Ação Nacional. O IRM é um órgão independente da Parceria para Governo Aberto (OGP) e seu objetivo principal é aumentar a accountability dos planos de ação dos países participantes e possibilitar a aprendizagem e a troca de conhecimento sobre o processo e identifica as melhores práticas e produz recomendações para os Planos. Segundo Máira Póvoa, esse relatório trará informações relevantes sobre boas-práticas e pontos de atenção que podem servir de apoio e base para avançar e aprimorar os trabalhos dos compromissos do 5º Plano de Ação Nacional. A Chefe de Divisão informou que em breve a versão final será disponibilizada no site de governo aberto. A previsão é que o IRM também elabore futuramente relatório sobre as ações do 5º Plano.

Em seguida, Máira Póvoa convidou a coordenadora do compromisso 8, Bianca Amaro de Melo, para compartilhar com os presentes boas-práticas que vêm sendo adotadas para a boa gestão dos processos de execução do compromisso. A coordenadora relatou ao grupo as estratégias e ações adotadas no compromisso 8 para organizar e dividir os trabalhos com as 16 instituições que atuam no compromisso. Enfatizou também sobre a importância de realizar reuniões periódicas e de adotar ações para divulgação nacional e internacional dos avanços e produtos. Por fim, relatou sobre a importância do contato constante com os coordenadores de marcos para que as ações e prazos sejam realizados a contento.

Posteriormente à fala de Bianca Amaro de Melo, os coordenadores fizeram, então, suas explicações e trocaram informações sobre o andamento das ações. Ao final de cada relato, foi aberto espaço para o esclarecimento de dúvidas dos presentes. Após esta etapa, Máira Póvoa reforçou a importância do trabalho de todos para o sucesso geral do Plano e encerrou a reunião, agradecendo a presença dos coordenadores e da representante do Grupo de Trabalho da sociedade civil.